**UNIVERSIDADE DE RIO VERDE (UniRV) - CAMPUS CAIAPÔNIA
FACULDADE DE DIREITO**

ISABELLA DIAS CARVALHO

EUTANÁSIA: DIREITO À VIDA X LIBERDADE INDIVIDUAL

CAIAPÔNIA - GOIÁS

2021

ISABELLA DIAS CARVALHO

EUTANÁSIA: DIREITO À VIDA X LIBERDADE INDIVIDUAL

Projeto de pesquisa apresentado à Banca Examinadora do Curso de Direito da Universidade de Rio Verde – Campus Caiapônia como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof.^a Esp. Priscila Rodrigues Branquinho.

CAIAPÔNIA - GOIÁS

2021

SUMÁRIO

1 TEMA E DELIMITAÇÃO.....	3
2 PROBLEMA.....	3
3 HIPÓTESES.....	3
4 JUSTIFICATIVA.....	4
5 REVISÃO DE LITERATURA.....	4
5.1 BREVE HISTÓRICO DA EUTANÁSIA.....	4
5.2 EUTANÁSIA, DISTANÁSIA E ORTOTANÁSIA.....	5
5.3 ASPECTOS CONSTITUCIONAIS.....	7
5.3.1 O Direito à Vida.....	7
5.3.2 Dignidade da pessoa humana.....	8
5.4 O SUICÍDIO ASSISTIDO E O DIREITO PENAL.....	9
5.5 DIREITO COMPARADO.....	10
6 OBJETIVOS.....	11
6.1 OBJETIVO GERAL.....	11
6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
7 METODOLOGIA.....	11
8 CRONOGRAMA.....	13
9 ORÇAMENTO.....	14
REFERÊNCIAS.....	15

1 TEMA E DELIMITAÇÃO

O direito à vida está expressamente delimitado no rol de direitos fundamentais na Constituição Federal. Neste sentido, a vida também é considerada uma cláusula pétrea, ou seja, pode ser modificada somente nos casos em que este direito possa ser estendido, mas não suprimido.

As críticas e discussões acerca deste instituto sugerem conflitos de valores e interesses e não apenas de uma perspectiva jurídica. Pois de um lado tem-se a vontade de abreviar o sofrimento que o indivíduo está sendo submetido e por outro se encontra a tutela integral que o ordenamento jurídico dá à vida, sendo considerada irrenunciável, não podendo existir interferência humana.

2 PROBLEMA

Sendo assim, a questão que surge acerca do tema é a seguinte: A ausência de legislação específica do instituto da Eutanásia limita sua aplicação no ordenamento jurídico pátrio?

3 HIPÓTESES

No que concerne à problemática outrora exposta, pode-se extrair as seguintes hipóteses:

- A ausência de legislação específica limita o instituto da Eutanásia, evitando assim que os pacientes em estado terminais escolham uma morte digna sem sofrimento;
- A Eutanásia sofre limitação devido à inexistência de possibilidade para sua aplicação no ordenamento jurídico, prevalecendo o direito a vida acima do princípio da dignidade da pessoa humana;
- É possível a violação do ordenamento jurídico em virtude da ausência de legislação específica para a aplicação da Eutanásia, não limitando sua aplicabilidade através do testamento vital.

4 JUSTIFICATIVA

A Eutanásia não é um fenômeno recente, ela acompanha a Humanidade ao longo do tempo. Na Antiguidade, é possível enxergar a aplicação da Eutanásia, como por exemplo, nos povos celtas onde os filhos matavam seus próprios pais quando os mesmos estivessem velhos ou doentes.

Não obstante, constata-se que a legislação penal pune as formas de interrupções da vida, embora seja excepcionada pelo instituto da legítima defesa, podendo ser reputado legítimo o ato de tirar a vida de outrem para salvar a sua própria. Neste sentido, se entende que há controvérsias em torno do tema, opondo-se até mesmo por motivos científicos e de conveniência. Com isso, esta pesquisa propõe abordar um tema de grande discussão jurídica, com fim de trazer maior conhecimento e demonstrar como o instituto se apresenta, haja vista que está intimamente ligado ao direito à vida.

Neste sentido, o presente trabalho torna-se de grande importância e relevância jurídica e social, pois, visa o estudo do instituto da Eutanásia em todos os seus aspectos, além reflexões jurídicas acerca do tema.

5 REVISÃO DE LITERATURA

5.1 BREVE HISTÓRICO DA EUTANÁSIA

Historicamente, o instituto da Eutanásia não é um fenômeno recente, pois acompanha a sociedade ao longo dos anos. Neste sentido, preleciona Goldim (2016 apud LIMA, 2018):

Diversos povos, como os celtas, por exemplo, tinham por hábito que os filhos matassem os seus pais quando estes estivessem velhos e doentes. Na Índia os doentes incuráveis eram levados até a beira do rio Ganges, onde tinham as suas narinas e a boca obstruídas com o barro. Uma vez feito isto eram atirados ao rio para morrerem. Na própria Bíblia tem uma situação que evoca a eutanásia, no segundo livro de Samuel.

Um dos primeiros países a adotarem a prática da Eutanásia no ordenamento jurídico foi a Holanda, e posteriormente, a Bélgica também permitiu a aplicação do instituto da Eutanásia. Portanto, vale destacar que o interessado deve apresentar documentos e laudos que possam comprovar doença incurável ou em fase terminal (DINIZ; SERAFIM, 2017).

No panorama jurídico brasileiro o instituto foi objeto de aplicação pela Lei Estadual 10.241 de 1999 de São Paulo, que permite o usuário de determinado serviço de saúde a rejeitar tratamento que considere doloroso e que tenha por objetivo prolongar a vida do paciente em estado terminal.

A Lei n. 10.241, de 17 de março de 1999, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado de São Paulo, em seu artigo 2º, inciso IX, assim considera, *in verbis*:

Artigo 2º - São direitos dos usuários dos serviços de saúde no Estado de São Paulo:
IX – recusar tratamentos dolorosos ou extraordinários para tentar prolongar a vida (SÃO PAULO, 1999).

Nas palavras de Serrano (2021, p. 124):

Não é demais, no entanto, afirmar que os dilemas tornam-se mais enfáticos sob a concepção de que os direitos da personalidade são absolutos, inestimáveis, não-patrimoniais, não-transmissíveis, indisponíveis, irrenunciáveis e imprescritíveis. Assim, se fala do direito à vida, à integridade, liberdade, sociabilidade, honra, privacidade, imagem etc.

Denota-se que o fito principal do instituto supracitado é a disponibilidade da vida humana, embora a mesma esteja protegida desde a concepção. Pode-se observar que a Eutanásia é um termo que possui grande amplitude e pode ter diversas interpretações.

5.2 EUTANÁSIA, DISTANÁSIA E ORTOTANÁSIA

Assim como a Eutanásia, a Distanásia e a Ortotanásia também são formas de abreviação de vida, se diferenciando pelas razões que motivam o paciente ou até mesmo a família a optarem por antecipar a morte do enfermo. Desse modo, é necessário que se estabeleça a distinção de conceitos entre estes institutos.

O termo Eutanásia possui origem etimológica na expressão *Eu + thanatos* que significa morte sem dor. Para outros estudiosos, eutanásia também significa “morte fácil e sem dor”, “morte boa e honrosa”, “alívio da dor” (MAGALHÃES, 2014). Porém, o instituto não está compreendido apenas por um conceito, pois o mesmo se enquadra em outros tipos sendo eles: eutanásia passiva e eutanásia ativa.

Nesse sentido, é o entendimento do Doutrinador Pablo Jiménez Serrano (2021, p. 196):

Eutanásia ativa, (ou por comissão) é aquela que se pratica através de atos que ajudam o doente a morrer, buscando com isso aliviar ou eliminar seu sofrimento.

Eutanásia passiva (ou por omissão), que consistente na abstenção deliberada da prestação de tratamentos médicos ordinários ou proporcionados – úteis – que poderiam prolongar a vida do paciente e cuja ausência antecipa a morte.

A Eutanásia tem sido colocada como uma questão de debate em todo cenário mundial, haja vista as questões polêmicas que circundam o meio jurídico, levantando posicionamentos favoráveis e contras acerca de tal prática. Recentemente, a Espanha se tornou o quinto país a regulamentar a Eutanásia na qual estabelece diversas etapas para que a solicitação do paciente seja atendida.

Enquanto isso, o instituto da Distanásia garante que o paciente tenha uma morte sem dor e sofrimento através de meios paliativos e medicamentosos. É o adiamento da morte, como por exemplo, o médico que ministra ao paciente medicamento com o intuito de prolongar sua vida, propiciando de certa forma sofrimento desnecessário ao enfermo (FRANCO, 2021).

Desse modo, a Distanásia concede ao enfermo o prolongamento artificial da sua morte, por meio de medicamentos, mesmo que não exista a possibilidade de cura ou de melhora, com isso entende-se que a Distanásia é o processo inverso da Eutanásia. Neste sentido preleciona Zulin (2021, s.p):

A distanásia é definida como a manutenção (ou prolongamento) da vida por meios artificiais. Acerca disso, muito se questiona se realmente os custos, o tempo e a preocupação excessiva com o paciente que só mantém a sua vida por meio de aparelhos são válidos, já que a morte e a finitude é uma matéria inerente a todo ser vivo. Também se faz presente a discussão da morte com dignidade e o reconhecimento dela como um alívio para o paciente em estado terminal. Como destacado anteriormente, o médico não deve optar por métodos e ações inúteis, mas sim por diminuir todo sofrimento causado pela doença.

Destarte, a quantidade de vida não poderá na maioria das vezes ser considerada sinônimo de qualidade de vida. Com isso, a quantidade sem qualidade, seria considerada um mero sofrimento obrigatório.

Já nos casos em que a Ortotanásia é aplicada, ocorre a suspensão dos medicamentos ou equipamentos que estão prolongando a vida do paciente nos casos terminais, coma

irreversível e até mesmo em estado vegetativo. Ressalta-se que, nos casos em que o paciente não esteja consciente, a família será responsável pela decisão da suspensão. Caso contrário, se faz necessária declaração expressa da decisão pelo paciente.

No mesmo sentido, o doutrinador Serrano conceitua (2021, p. 194):

Ortotanásia, diz-se da ação ou conduta correta (adequada) perante a iminente morte do paciente. Assim, a ortotanásia se associa aos cuidados paliativos adequados dispensados ao paciente nos últimos momentos de vida. Significa o “não prolongamento do processo da morte além do que seria natural”.

Tanto a Ortotanásia como as formas de Eutanásia se contrapõem com a Distanásia, onde esta impõe que o paciente se mantenha vivo a qualquer custo, mesmo que implique a utilização de meios que possam trazer maior sofrimento ao mesmo.

5.3 ASPECTOS CONSTITUCIONAIS

5.3.1 O direito à vida

A vida é um dos direitos humanos de primeira geração inserida nos direitos civis, bem como, um dos direitos fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1998, em seu artigo 5º, que preleciona:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (BRASIL, 1998).

Com isso, entende-se que o direito à vida é considerado um dos bens jurídicos de maior relevância, pois com ele o indivíduo obtém a garantia dos demais direitos. Embora seja um direito de suprarelevância, o mesmo pode ser restringido nos casos de exclusão de ilicitude, como no caso da legítima defesa (LIMA, 2018).

Neste sentido, o direito supracitado não é absoluto, mas um bem indisponível em que a autonomia da vontade e a dignidade se inter-relacionam. Nas palavras de Zulin (2020, s.p): “A vida deve ser digna, não existir por si só, ser objetiva e com sofrimento, mas deve ter caráter de respeito ao sentimento humano e prevalecer a vontade individual, autônoma e expressa ao indivíduo”.

O direito à vida se trata de um direito supremo e inviolável, sendo assim, conforme Oliveira e Japaulo (2005, s.p) “Em contraposto à vida existe a morte, e essa de acordo com o nosso ordenamento jurídico não poderá ser antecipada, configurando-se como um ato ilícito e inconstitucional”.

Portanto, entende-se que o direito à vida não se limita a qualquer indivíduo, estando intrínseca a toda vida humana. Ademais, a doutrina o considera como um direito indisponível, irrenunciável e inalienável.

5.3.2 Dignidade da pessoa humana

O fundamento da dignidade da pessoa humana é assegurar que o indivíduo possa conduzir sua vida e realizar seus direitos de acordo com sua própria consciência, desde que não afete terceiros. Neste sentido, Serrano preceitua (2021, p.115):

Dizemos então que a dignidade da pessoa humana é um dos princípios jurídicos mais importantes, por meio do qual se pretende apreender a Vida (vida digna) como um dos valores básicos invocados pelos juristas, filósofos e políticos.

Portanto, a República Federativa do Brasil tem por fundamento a dignidade da pessoa humana, onde o indivíduo tem direito a uma vida digna, inclusive na sua morte. Com isso, nos casos de pacientes terminais, cuja doença tenha o acometido gravemente se tornando irreversível, a dignidade irá oferecer a ele tratamento que minimize a dor e sintomas desconfortáveis (FRANCO, 2021).

O fundamento da dignidade da pessoa humana está ligado ao fato do indivíduo guiar sua vida de acordo com sua própria consciência, desde que para isso, não sejam atingidos direitos de terceiros. Com isso, entende-se que esse poder de autonomia do indivíduo também alcança as circunstâncias finais da vida (DINIZ; SERAFIM, 2017).

Neste sentido, entende-se que o princípio da proporcionalidade sugere a existência do direito a uma morte digna e sua contraposição quanto a prevalência do direito à vida, pois a Constituição Federal de 1988 sinaliza sobre o respeito à dignidade da pessoa humana (LIMA, 2018).

Desse modo, a dignidade da pessoa humana deve ser analisada conjuntamente com o direito à vida e não de forma isolada. Pois está inerente a todo indivíduo e é tratada como

ponto de partida para uma morte digna. Ademais, a Eutanásia se apresenta como uma escolha do paciente que deseja escolher como queira morrer conforme seus princípios e valores, e consequentemente, tendo sua dignidade respeitada de forma autônoma.

5.4 O SUICÍDIO ASSISTIDO E O DIREITO PENAL

No suicídio assistido o paciente escolhe dar fim à própria vida com o auxílio de um terceiro, seja esta assistência moral ou material. Desse modo, é a ação do próprio indivíduo que causa a sua morte. No panorama jurídico mundial, o único estado americano em que este instituto é legalizado é o Estado Americano do Oregon.

No Brasil, o suicídio assistido está expressamente previsto no ordenamento jurídico brasileiro como crime, no Código penal, de 07 de dezembro de 1940, em seu artigo 122, *in verbis*: “Art. 122. Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou a praticar automutilação ou prestar-lhe auxílio material para que o faça: [...].”

Desse modo, o suicídio assistido se baseia no desejo do próprio paciente que está em estado de doença incurável em ceifar com a própria vida considerando que não há utilidade para a sociedade, em virtude do estado que se encontra. Logo, o paciente deseja uma morte sem dor e sofrimento, solicitando ajuda de alguém, pois está impossibilitado de realizar o ato (DINIZ; SERAFIM, 2017).

Neste sentido, nas palavras de Bruno Maia (2018):

No suicídio assistido é o próprio doente que termina com a sua vida. Há a colaboração de uma pessoa, geralmente um profissional de saúde, que ajuda o doente a pôr termo à vida mas com uma participação indireta, já que o último gesto de tomar os fármacos letais tem de ser concretizado pelo próprio doente.

Cabe destacar acerca do testamento vital que consiste em um documento realizado pelo paciente onde o mesmo diz expressamente o tratamento que deseja receber em caso de não estar consciente, ou seja, incapaz para expressar sua vontade de forma autônoma (DINIZ; SERAFIM, 2017). No mesmo sentido, o Enunciado nº 528 da V Jornada de Direito Civil preceitua que:

É válida a declaração de vontade expressa em documento autêntico, também chamado "testamento vital", em que a pessoa estabelece disposições sobre o tipo de tratamento de saúde, ou não tratamento, que deseja no caso de se encontrar sem condições de manifestar a sua vontade. (BRASIL, 2012).

Sendo assim, entende-se que, enquanto no suicídio assistido a morte resulta de ação do próprio indivíduo, na Eutanásia a morte do paciente resulta de ação de terceiro movido por compaixão, seja por omissão ou ação (MARCHIOLI, 2014). Portanto, no caso do instituto supracitado tem-se conduta típica, ilícita e culpável, que além de ser reprovada pela sociedade também não encontra respaldo no ordenamento jurídico brasileiro.

5.5 DIREITO COMPARADO

Em diversos países a prática da Eutanásia é permitida, a Holanda foi o primeiro país a admitir sua prática sendo expressamente regulamentado, inclusive nos casos em que envolvem menores de idade. A Lei da Eutanásia holandesa engloba os procedimentos realizados por médico e o suicídio assistido, enquanto aos menores só é permitida com o aval dos representantes legais (ZULIN, 2020).

O Uruguai também está entre os países que permitem a prática da Eutanásia, embora não esteja expressamente regulamentado a sua aplicação. Ademais, também não há proibição em seu ordenamento. Nas palavras de Goldim (2016 apud SERRANO, 2021): “O Uruguai, em 1934, incluiu a possibilidade da eutanásia no seu Código Penal, através da possibilidade do “homicídio piedoso”.

Já a Bélgica também tem expressamente admitido à prática da Eutanásia, sendo que atualmente é permitido em pessoas de qualquer idade. Salienta-se que o interessado deve apresentar documentos e laudos médicos que serão analisados por comitê especializado no assunto (DINIZ; SERAFIM, 2017).

Na Suíça, só é admitido a prática do suicídio assistido. Embora não esteja expressamente definido em lei, possui respaldo na decisão da Suprema Corte Federal, que é considerada a máxima instância judicial (DINIZ; SERAFIM, 2017). Neste sentido, o tema em comento tem sido reiteradamente apontado no cotidiano, haja vista ser de grande debate no meio jurídico.

Além disso, cabe destacar que, na Colômbia a legalização se iniciou com a descriminalização do procedimento pela Corte Constitucional Colombiana em 1997. Isentando quem praticava homicídio privilegiado em razão do paciente estar em fase terminal, sendo necessário o seu consentimento prévio (ZULIN, 2020).

Portanto, o instituto da Eutanásia é admitido em diversos países. Ressalta-se que cada legislação possui suas especificidades quanto a sua aplicação, para que não haja inviolabilidades quanto ao direito do indivíduo que permite a abreviação de sua vida.

6 OBJETIVOS

6.1 OBJETIVO GERAL

Demonstrar a (in) viabilidade do instituto da Eutanásia, estabelecendo sua conexão com os direitos fundamentais.

6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Abordar de forma breve o histórico do instituto da Eutanásia;
- Identificar a incidência da sua aplicação em outros institutos;
- Estabelecer um estudo entre os direitos fundamentais que correlacionam com a Eutanásia;
- Abordar sobre a sua aplicação em outros países;
- Verificar a possibilidade de aplicação da Eutanásia pelo instituto do testamento vital.

7 METODOLOGIA

A pesquisa é desenvolvida quando existe o anseio de investigação acerca de algo, com o objetivo de obter respostas para as indagações propostas, além disso constitui parte integrante do processo reconstrutivo de conhecimento, por meio da utilização de métodos e técnicas científicas (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Para a fundamentação deste trabalho, optou-se pela pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, valendo-se de fontes primárias e secundárias, reunindo os conhecimentos necessários para alcançar uma visão clara e coerente do tema proposto. Nas palavras de Gil

(2008, p. 35) “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.”

A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002).

Em se tratando da abordagem, a caracterização do estudo é qualitativo, que segundo Prodanov e Freitas (2013) é aquele em que os dados que são coletados nesta opção retratam o maior número possível dos elementos que representam a realidade estudada, não havendo a preocupação quanto à comprovação das hipóteses apresentadas, elas direcionem a análise e a interpretação de dados.

Portanto, pressupostos teóricos, metódicos e procedimentais foram utilizados com o intuito de verificar e desenvolver a possibilidade de criação de conceitos e definições discutidos nesta pesquisa.

8 CRONOGRAMA

Ações/etapas	Trimestre (mês/ano)			
	1°	2°	3°	4°
Definição do tema e coleta de fontes bibliográficas			08-09/2021	
Elaboração do projeto			09/2021	10/2021
Entrega do projeto final ao orientador e defesa				11/2021
Reformulação do projeto e entrega à coordenação				11/2021
Levantamento bibliográfico em função do tema/problema	02/2022			
Discussão teórica em função da determinação dos objetivos	02-03/2022			
Análise e discussão dos dados		04/2022		
Elaboração das considerações finais		05/2022		
Revisão ortográfica e formatação do TCC		06/2022		
Entrega das vias para a correção da banca		06/2022		
Arguição e defesa da pesquisa		06/2022		
Correções finais e entrega à coordenação		06/2022		

9 ORÇAMENTO

Descrição do material	Un.	Qtde	Valor (R\$)	
			Unitário	Total
Correção e formatação	un	15	4,00	60,00
Total				60,00
Fonte financiadora: recursos próprios.				

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Ed. Planalto, 1988.

_____. Presidência da República. *Decreto - lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Direito Penal*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, 07 de dez. 1940. Não paginado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 26. out. 2021.

_____. Conselho Nacional de Justiça. *V Jornada de Direito Civil. Enunciado 528*. Brasília: CJF, 2012. Disponível em: <<https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/597>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

DINIZ, I; SERAFIM, T. *Eutanásia: morte com dignidade x direito a vida*. Jus.com.br, 14 novembro 2017. Não paginado. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/62139/eutanasia-morte-com-dignidade-x-direito-a-vida#_ftn10>. Acesso em: 23. set. 2021

FRANCO, S. *Eutanásia: a importância de discutir a morte com dignidade*. Conjur.com.br, 21 julho 2021. Não paginado. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2021-jul-21/franco-eutanasia-importancia-discutir-morte-dignidade>>. Acesso em: 23 set. 2021.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JUSTI, J.; VIEIRA, T.P. *Manual para padronização de trabalhos de graduação e pós-graduação latu sensu e stricto sensu*. Rio Verde: Ed. UniRV, 2016.

LIMA, S.F. *Eutanásia como direito à morte digna*. Jus.com.br. Não paginado. Disponível em: <<https://flaviosantolima.jusbrasil.com.br/artigos/633960524/eutanasia-como-direito-a-morte-digna>>. Acesso em: 23. set. 2021.

MAGALHÃES, C. C. M. B. *Eutanásia: origem, ramificações e outras peculiaridades*. Âmbito jurídico.com.br, 01 de fevereiro de 2014. Não paginado. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/eutanasia-origem-ramificacoes-e-outras-peculiaridades/>>. Acesso em: 07 set. 2021.

MAIA, B. *O que é a morte assistida?*. Esquerda.net, 27 maio 2018. Não paginado. Disponível em: <<https://www.esquerda.net/dossier/o-que-e-morte-assistida/41711>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

MENDES, A. O. P. *Eutanásia – Autonomia da vontade dos pacientes e a garantia do direito à saúde com breves perspectivas ao Direito Belga*. Conjur.com. br, 21 julho de 2021. Não paginado. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2021-jul-21/franco-eutanasia-importancia-discutir-morte-dignidade>>. Acesso em: 23 set. 2021.

MARCHIOLI, M. *Eutanásia - Legalidade ou Ilegalidade? Reflexões necessárias do Século XXI*. 2014. 143 f. Tese (Graduação em Direito) - Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha, Marília, 2014. Disponível em: <<https://aberto.univem.edu.br/bitstream/handle/11077/1184/TCC%20Marchioli.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26. out. 2021.

OLIVEIRA, C.L; JAPAULO P. M. *Eutanásia e o direito à vida*. Migalhas.com.br, 13 outubro 2005. Não paginado. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/16779/eutanasia-e-o-direito-a-vida>>. Acesso em: 09. nov. 2021.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. *Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIUS, E.C; PANHÓCA, F.G. *Eutanásia e o direito fundamental da vida*. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/56196/eutanasia-e-o-direito-fundamental-da-vida>>. Acesso em: 23. set. 2021.

SÃO PAULO. Governo do Estado. *Lei nº 10.241, de 17 de março de 1999. Dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado de São Paulo*. Palácio dos Bandeiras, São Paulo, 17 de mar. 1999. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1999/lei-10241-17.03.1999.html>>. Acesso em: 23 set. 2021.

SERRANO, J. P. *Ética, bioética e biodireito*. Rio de Janeiro: Editora Jurismestre, 2021.

ZULIN, F.A.F. *A eutanásia e o princípio da dignidade humana*. Direito.net, 26 outubro 2020. Não paginado. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/11913/A-eutanasia-e-o-principio-da-dignidade-humana>>. Acesso em: 23. set. 2021.